

Capítulo IV

Imprensa e Estado Novo : relações ambíguas e o público como “massa”

“Era um alto negócio para os donos de jornais colaborar com a ditadura de Getúlio e não protestar contra a censura e todas as outras limitações impostas pelo regime. Os jornais mantinham a qualidade, os diretores podiam pagar menos aos repórteres, as vendas permaneciam altas e não havia conflito com o governo” (Joel Silveira¹).

O período inaugurado em novembro de 1930 e que passou à história como Estado Novo é marcado por ambigüidades também no campo jornalístico. Lembrado sempre, nos depoimentos dos homens de imprensa, como o momento em que os jornais tiveram sua liberdade inteiramente cerceada pela ação da censura e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, não se pode considerar de forma unânime que toda a grande imprensa sofreu negativamente com a ação política do período ditatorial de Vargas.

A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo do Rio de Janeiro, que funcionava nas cercanias do poder. Ainda que tenha havido a clara utilização dos meios de comunicação – inclusive os mais modernos, como o rádio – para atingir um público agora identificado como massa, houve também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências. Falar, portanto, da imprensa durante os quinze anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do Governo é falar das complexas relações de poder que se estabelecem, da questão do Estado, entendido de maneira ampliada, tal como concebeu Gramsci e, finalmente, compreender a formação de um pensamento que se construía como dominante nesse cenário e que será fundamental para a formulação dos ideais estadonovistas. Havia a preocupação de incluir um novo personagem: o público agora visto como massa. Havia, ainda, a construção de um ideal de nação onde

¹ Entrevista a Juliana Rodrigues Baião. 12 de janeiro de 2001.

prevalecia a idéia de direcionamento político e intelectual dos que ocupavam posição dominante face ao restante da população.

De forma quase unânime, a historiografia aponta os primeiros anos da década de 1930 como de acentuada instabilidade política, diante da incapacidade de qualquer dos grupos dominantes em assumir o controle das funções políticas. Essa situação teria sido responsável por algumas das características mais marcantes da política brasileira de então, entre elas a personalização do poder, construindo-se a imagem – meio real e meio mítica – da soberania da sociedade política sobre o conjunto da sociedade. Paralelamente a este movimento, instaura-se como fundamental a idéia de participação – ainda que de maneira passiva – das massas populares urbanas. Consta-se como sendo fundamental para a formação da idéia de Nação a construção de um auditório que simbolicamente referendaria a imagem do poder, personificado de maneira mítica na figura do líder carismático.

Estavam em gestação desde a década anterior as idéias que dominam o cenário ideológico dos anos 1930. O diagnóstico que se fornece para o país centra-se na questão da organização nacional: é preciso conceber o país como nação dentro de um projeto político que destina ao Estado (e aos seus intelectuais orgânicos) a missão de dar direção ao restante da população².

Nesse projeto político, a base sob a qual deve repousar o “edifício chamado Brasil” seriam as tradições, herdadas de um passado e de uma terra promissora. No campo estaria localizada a verdadeira riqueza da terra, sendo a cidade, em contrapartida, o lugar da ilusão, da desordem, da multiplicação de valores alienígenas.

Essa antítese cidade versus campo também vai dominar as idéias econômicas e políticas do Estado Novo. Consta-se, já na década de 1920, o declínio das instituições, materializadas numa crise institucional, política e social. Assim, é fundamental a ação dos homens de Estado e de governo para mudar este cenário.

A missão cabe naturalmente – dentro dessa visão ideológica – aos que melhor estão aparelhados para desempenhar funções tão complexas, na organização e na direção da educação. Enfim, na construção institucional que daria rumo àquele que deveria ser guiado, o povo, que passará a ser nomeado como massa.

² Essas idéias que podem ser sistematizadas sob a égide do pensamento conservador brasileiro são desenvolvidas por Oliveira Vianna, Alberto Torres e Francisco Campos. Para referências completas cf. Bibliografia.

Na idéia de direção há que se observar ainda algumas construções ideológicas presentes durante todo o Estado Novo. A primeira é a de que os homens são por natureza diferentes, havendo aqueles a quem caberia, como missão, a árdua tarefa de educar e fazer as leis a serem cumpridas e os outros, que deveriam ser educados e obedecer. Introduce-se, em consequência, a naturalização da idéia de hierarquia entre os grupos sociais.

O segundo aspecto a ser destacado refere-se à noção nascente de sociedade de massas, em que o indivíduo tem comportamento social e moral marcado pela desorientação, formando um todo amorfo, anônimo e uniforme.

Caberia ao governo, através de múltiplos aparelhos burocráticos criados no período e com o concurso de intelectuais orgânicos dos grupos dirigentes, desempenhar funções cada vez mais complexas, inclusive a de dar orientação ao povo, massa amorfa e indiferenciada. Paralelamente, apresenta-se a necessidade de difundir conhecimentos e noções elementares e, assim, torna-se fundamental o papel dos intelectuais e dos veículos de difusão, isto é, a imprensa.

Essas idéias, que constituem o pensamento conservador brasileiro inspirado no pensamento autoritário europeu, ganharão no Brasil nuances particulares. Enquanto, na Europa, a direção ideológica fundamenta-se na tentativa de os antigos grupos sociais manterem suas posições frente à pressão dos trabalhadores e dos grupos populares, no Brasil o avanço das ideologias autoritárias vincula-se à emergência de novos grupos sociais e forças políticas, dentro de um projeto que almeja a modernização da sociedade. Para isso, é fundamental a existência de um Estado forte que tutelaria a sociedade, os grupos sociais e o sistema econômico.

Assim, nas idéias da década de 1920 e que tomam corpo na configuração institucional dos anos 1930, é fundamental traçar um programa que atinja a todos através da educação e da massificação das informações. Instituições fortes, porque baseadas nas tradições, nos valores, na disciplina, na autoridade e na hierarquia, dariam, através de uma política nacional, direção ao povo brasileiro, agora classificado como massa. Todas essas concepções sintetizarão o projeto institucional implantado a partir da Revolução de 1930 e com mais intensidade a partir da instauração do período autoritário, em 1937.

Estado Novo: controle e pressões

O movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luiz, em 24 de outubro de 1930, instala no poder uma junta governativa provisória que, dias depois, transmite o governo ao candidato derrotado nas eleições presidenciais: Getúlio Vargas. Oito dias depois de tomar posse na chefia do Governo Provisório, Vargas, em 11 de novembro do mesmo ano, promulga o Decreto nº 19.398 que institucionaliza os poderes discricionários do chefe do governo, reunindo em suas mãos atribuições do poder executivo e do legislativo. O decreto dissolve o Congresso Nacional, as Câmaras Estaduais e Municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no país.

Caracterizado pelo caráter altamente centralizado e monolítico, o novo regime cria condições favoráveis para a autonomia da sociedade política, instituindo mecanismos para fortalecimento do poder do Estado, aperfeiçoando formas de controle das diferentes esferas da vida social, multiplicando as ações no sentido de se consolidar nacionalmente.

Para ser tornar um governo forte, centralizado e apartidário, monta um complexo quadro jurídico-institucional, criando mecanismos para interferir nos diversos setores da vida social e ampliar os poderes do Executivo, construindo normas reguladoras nas relações entre o poder central e o estadual (restringindo a autonomia dos governos estaduais), instituindo instrumentos de intervenção na economia e de controle político e criando uma estrutura corporativa, onde se sentiam aparentemente incluindo os diferentes grupos sociais, entre eles os trabalhadores urbanos (Fausto, 1986).

O Estado Novo é, portanto, o conjunto de mudanças ocorridas de 1930 a 1945, instaurando o que passaria a história como “Era Vargas”. Nesse longo período viveu-se, do ponto de vista político e institucional, o Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Período Ditatorial (1937-1945). Esses três momentos distintos representam o desdobramento de um processo político que se inicia com a ascensão ao poder da coligação representada pela Aliança Liberal.

Sonia Regina de Mendonça identifica no Golpe de 1930 o momento de primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, para que fosse implantado um núcleo básico de indústrias de bens de produção. Para isso é

fundamental a redefinição do papel do Estado no plano econômico, de forma a tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da sociedade (1986: 13)³.

O crescimento do aparelho do estado torna dispensáveis os tradicionais canais de expressão da sociedade civil (partidos políticos, associações etc.), consolidando-se uma nova fórmula de participação política no país. Para isso, o Estado vai multiplicar o número de agências, institutos, conselhos, autarquias que irão centralizar as demandas dos diferentes setores da sociedade, através da multiplicação dos órgãos burocráticos. Cria-se o que Mendonça chama Estado burocrático-autoritário.

A década de 1930 pode ser visualizada como o período áureo de crise das ideologias liberais e da ascensão das idéias e valores autoritários. Não se trata de um fenômeno brasileiro, como já enfatizamos. No decorrer da década de 1920, a Europa assistira ao êxito de movimentos de caráter totalitário de direita, levando à eliminação do sistema pluripartidário, da competição política, da liberdade de imprensa, ao mesmo tempo em que se edificava a supremacia do executivo.

Caracterizando o pensamento conservador moderno, inspiração do pensamento autoritário brasileiro, Karl Mannheim (1959) particulariza esse modelo como oposto ao pensamento do Direito Natural, na medida em que a idéia de Razão estática é substituída pela idéia de Razão em permanente mudança e movimento. Contra a construção de indivíduos como unidades isoladas, o conservadorismo opõe uma totalidade que não é a mera soma das partes. Assim, o Estado ou a Nação não deve ser compreendido como a soma de seus indivíduos membros, mas, ao contrário, os indivíduos devem ser vistos como fazendo parte de uma totalidade mais ampla. Forma-se uma espécie de “espírito do povo”, que domina a idéia de Nação.

Todo indivíduo e acontecimento isolados são puramente acidentais e fortuitos, em contraste com a unidade territorial que forma um todo uno e indivisível. A Nação é a comunidade com suas gerações passadas, presentes e futuras, materializada a partir de uma linguagem, costumes e leis comuns, mas também no conjunto de instituições, em

³ Na mesma obra, a autora identifica quatro interpretações principais sobre o caráter do golpe de outubro: aqueles que o identifica como sendo um movimento das classes médias; os que atribuem a ascensão da burguesia industrial ao poder político; os que explicam 1930 como resultante da atuação conjunta das oligarquias agrárias produtoras para o mercado interno, associadas aos militares; e, finalmente, os que sem se preocupar com os agentes que participaram do movimento, pretendem apreender o seu sentido geral, avaliando os beneficiários do novo direcionamento dado pelo Estado aos rumos da economia (Idem: 14).

antigas famílias e, finalmente, em uma família imortal, que é a do governante (Müller, citado por Mannheim, 1982: 129). O passado, nessa formatação ideológica, só tem valor na medida em que sobrevive no presente, já que a devoção é voltada para o presente, no que é definido como novo e atual.

Mannheim argumenta ainda que nem o pensamento conservador, nem o liberal são sistemas prontos, sendo modos de pensar em permanente e contínuo processo. O conservadorismo, acrescenta, não desejava apenas pensar alguma coisa diferente de seus oponentes liberais, mas queria pensá-la de modo diferente e esse foi o impulso que proporcionou a nova forma de pensamento (*Idem*: 133-134).

Sendo uma oposição ao pensamento Iluminista, o conservadorismo coloca em lugar do primado da razão conceitos como história, vida e nação. Em contraposição à tendência dedutiva, opõe a irracionalidade da realidade, ao mesmo tempo em que radicaliza o problema da individualidade, percebendo diferenças entre os indivíduos. Assim, não haveria mais uma espécie de indivíduo de caráter universal. Combatendo a crença liberal na aplicabilidade de todas as inovações políticas e sociais, concebem a idéia de organismo social, válida apenas para determinada nação, o que impede a transferência arbitrária de modelos de liberdade institucionais de um lugar para outro. Fechando as concepções do conservadorismo, podemos ainda acrescentar a negação do individualismo e do indivíduo e, por último, a concepção dinâmica de Razão. O que muda não é o mundo, mas a Razão e suas normas é que estão em constante mutação e movimento.

Com a emergência de novas forças políticas no Brasil dos anos 1930 – getulistas, tenentistas, integralistas, comunistas e aliancistas - no contexto de modernização da sociedade e de reorganização do aparelho estatal, torna-se emergente a construção de um Estado forte com funções tutelares sobre toda a sociedade. É por isso que, mesmo ocupando posições diferentes, as forças políticas pertencem a um mesmo universo ideológico caracterizado pelo autoritarismo, pelo intervencionismo e pelo nacionalismo (Fausto, 1986: 517).

Uma história, uma imprensa...

O Estado Novo é também o momento de construção de uma dada história da imprensa no Rio de Janeiro, na qual se destacam as relações da imprensa com o poder e

o papel engendrado pelos jornalistas para o seu lugar social e político, frente a esta batalha de e pelo poder.

Os anos 1930 são um período de evidência da política e estes temas encontram o seu lugar natural na imprensa. A polêmica e o apoio institucional ao governo ou a oposição sistemática ganham espaço nobre nas páginas das publicações. Os jornais se constroem como domínio da política, recuperando um lugar que a rigor nunca perderam, no qual a polêmica ocupa espaço preponderante. O Estado ganha, cada vez mais, a exclusividade da divulgação – seja por coerção, seja por alinhamento político e, portanto, por concordância com as ações da sociedade política –, mas o público é afastado dos periódicos. De tal forma que em meados da década de 1930, o leitor está praticamente ausente das publicações. Sua fala é silenciada nos jornais, enquanto a fala do Estado é ampliada. Essa ampliação se dá através da constituição de um amplo aparato burocrático-repressor, via formação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e pela ação da censura, ou através do alinhamento político da imprensa, que procura aferir lucros reais e simbólicos, a partir de sua aproximação com o poder. À medida que a fala política é ampliada nos meios de comunicação, há a inclusão da fala do público em novos lugares midiáticos. No rádio e nas revistas mundanas a voz do público aparece em meio a uma atmosfera onde o glamour e a fantasia tomam o lugar da realidade política.

Podemos dizer que a proliferação de novos tipos de conteúdo na mídia do período diz respeito a uma exigência do público que procurará cada vez mais na fantasia e na emoção de personagens mitificados a expressão de seu rosto silenciado. Ao se ver apartado da discussão política, mostrará a sua face nas colunas que enfocam o entretenimento e nas notícias que envolvem os dramas do cotidiano.

Em 1938, estão oficialmente registrados no então Distrito Federal 23 jornais, entre vespertinos e matutinos⁴. Desde o centenário *Jornal do Commercio*, até aqueles que aparecem no início da década como o *Diário de Notícias*. Dentre eles destacam-se pelo poder de difusão junto ao público, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite*, *A Manhã* e o *Correio da Manhã*.

⁴ É comum, até a década de 1960, a existência de jornais cuja edição aparece às primeiras horas do dia, os matutinos, e os que circulam apenas à tarde, os vespertinos. No início da década de 1940, os vespertinos são os que possuem as maiores tiragens. Cf. Porto. 1941: 276.

Ao lado desses circulam outros periódicos sem muita expressão como *A Batalha*, *A Nação*, *O Radical*, *Voz de Portugal*, *Correio da Noite*, *A Nota*, *Vanguarda e Democracia*. Há ainda os tradicionais diários que tiveram importância nas décadas anteriores, mas que estão em franco declínio de público, como o *Jornal do Brasil*, *O Imparcial* e *Gazeta de Notícias* (Porto, 1941: 274-6). Há outros que só ganham relevo nas décadas seguintes, como o *Diário Carioca*, fundado em 1928, e *O Globo*, criado em 1925.

Os principais diários são editados em média em cadernos de 24 páginas, podendo atingir aos domingos até 60 páginas. As tiragens dos matutinos mais populares situam-se em torno de 40 mil exemplares, já vespertinos como *O Jornal* podem atingir 120 mil exemplares. *A Noite* publica até 5 edições diárias. Em 1937, esses jornais praticamente saem de 2 em 2 horas, apesar de só modificarem a primeira e a última página. No final da década, com um número de páginas maior, divididos em cadernos, custam quarenta centavos nos dias úteis e cinquenta aos domingos.

Falar em imprensa no Brasil dos anos 1930 é entender as suas relações com o Estado, entendido não apenas como comando político, mas como formação que combina uma simbologia, onde os aspectos semióticos se sobressaem. Para Clifford Gertz, o Estado condensa pelo menos três temas etimológicos: o status, no sentido de posto, posição, condição; a pompa, no sentido de esplendor, dignidade, presença; e governança, no sentido de regência, regime, soberania, comando. Assim, o que designamos por Estado combina estas três ações – status, pompa e governo – que são sempre alardeadas (1991: 153-163).

Gramsci, na sua Teoria Ampliada de Estado, chama a atenção para o caráter multidimensional dos processos sociais, já que, para ele, o Estado seria produto de múltiplas e dinâmicas inter-relações entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressões e contrapressões entre grupos de indivíduos organizados, visando a produção do consenso, ou seja, a aceitação do projeto de um desses grupos por todos os demais.

Essa concepção inclui a idéia fundamental de direção intelectual que é imposta por um grupo a toda a sociedade, através do consentimento e não apenas da coerção explícita. As representações, valores e concepções, apresentadas muitas vezes como divergentes ou conflituosas, fazem parte de um único processo, onde o que está em jogo

é a imposição de projetos elaborados pelos grupos dominantes. A hegemonia deve ser lida tendo em conta a contra-hegemonia.

Gramsci rejeita a idéia do Estado-força e do Estado-objeto, ampliando seu conceito aos aparelhos privados de hegemonia existentes na sociedade civil e formados por adesão voluntária. Na medida em que a hegemonia é resultado da ação orgânica que envolve a política e a cultura, ganha relevo na problematização gramsciana o papel do intelectual enquanto “produto de toda e cada uma das classes”.

Considerar o Estado Ampliado da maneira como formulou Gramsci impõe que se avalie o conjunto dos meios que possibilitam a direção intelectual e moral de uma classe sobre toda a sociedade, de forma que possa realizar sua hegemonia – a produção do consenso –, o que pressupõe sempre e necessariamente múltiplos equilíbrios de compromisso. Hegemonia em Gramsci não é apenas domínio ideológico, implicando também na construção de nova forma de civilização. Para isso é fundamental a desconstrução de mitos da sociedade capitalista e a construção de uma identidade nacional, incorporando nesse processo os trabalhadores (Gramsci, 1986, 1989 e 1991).

No Estado Novo, o pilar para a construção de um projeto de identidade nacional foi a inclusão, via formulação discursiva e ideológica, do grupo urbano em maior crescimento nas cidades: os trabalhadores. E também para realizar essa proposta, a ação dos meios de comunicação é decisiva.

Por outro lado, numa sociedade onde são emergentes a formação de uma nova ordem e dinâmica capitalista, as divergências, rivalidades e dualidades se multiplicam. Mas, a par disso, há o projeto de criação de uma estrutura de poder, que faz da coerção e também da busca do consenso chaves de sua ação. O que se objetiva é a cooptação daqueles que possuem ingerência sobre o discurso tornado visível e, neste sentido, o apoio e a aliança com os homens de imprensa são fundamentais. Há também o projeto comum de disseminação de nova visão de mundo e é nessa intenção que os periódicos assumem papel chave.

A entrevista de Joel Silveira se referindo à adesão maciça dos jornais ao projeto do Estado Novo é emblemática do processo de cooptação da imprensa, fundamental para a divulgação da mítica do novo Estado.

“O Correio da Manhã aderiu, não podia ser contra. Mas os elogios eram magros. O grosso da imprensa ficou do lado do Estado Novo e assim se conservou ou compulsoriamente ou gostosamente. Até que o próprio Correio da Manhã rompeu essa asfixia, esse sufoco, com a entrevista do José

Américo, feita pelo Carlos Lacerda”. (Depoimento de Silveira, Joel. “O Estado Novo e o Getulismo”. Entrevista a Gilberto Negreiros. In: *Folha de São Paulo*).

Na mesma entrevista, o jornalista refere-se aos múltiplos processos utilizados pelo Estado, no sentido de produzir o consenso e conseguir o concurso dos jornalistas como intelectuais orgânicos dos grupos dirigentes.

“O DIP exercia um duplo controle: um controle autoritário proibitivo, da censura propriamente dita. E tinha o controle através da corrupção. O caso da isenção para a importação do papel da imprensa. Você importava o papel da Finlândia, do Canadá, mas tudo sob o controle do DIP. E tinha o derrame de dinheiro, que era tentador. Por exemplo, o DIP criou uma série de livros pequenos, tudo sobre o Getúlio: ‘Vargas e o Teatro’, ‘Vargas e o Cinema’, ‘Vargas e a Literatura’. Pagavam um dinheirão, em termos de época. Um pobre intelectual que ganhava, vamos dizer, Cr\$ 1.500,00 com a edição de um romance, eles botavam dez mil cruzeiros no bolso dele para escrever quarenta páginas sobre a coisa. Isso era um negócio terrível. Poucos resistiram”. (*Idem, ibidem*)

A sociedade política depende das instituições da sociedade civil, onde os jornais se incluem, para divulgar o simbolismo do novo tempo. Por outro lado, os símbolos incorporados ao cenário social precisam se materializar sob as mais variadas formas, onde a transfiguração em realidade se sobressai.

Os jornais disseminam idéias, mas também transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de uma outra realidade. Ao mesmo tempo em que materializam o Estado, tornando pública a sua simbologia e ideologia política – a ideologia estadonovista –, os periódicos, ao narrar as ações, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social.

Se por um lado há periódicos que reagem ao discurso hegemônico, sofrendo em consequência sanções, há também aqueles que se beneficiam das cercanias do poder. Para conseguir o apoio irrestrito não faltam expedientes os mais diversos, como isentar os jornalistas de Imposto de Renda ou subsidiar inteiramente o papel de imprensa para os jornais que apoiam o governo. O que Joel Silveira considera o “lado corrupto da ditadura”, nada mais é do que estratégias no sentido da construção do consenso, que não incluem necessariamente a coerção.

“Um ou outro jornal que tentou se rebelar foi imediatamente fechado. Mas a grande imprensa daquele tempo imediatamente aderiu ao Estado Novo.

Toda. Com exceção de O Estado de S. Paulo. É só você pegar as manchetes do dia 28”. (Depoimento de Silveira, Joel. *Idem, ibidem*)

O período que é instaurado em 1930 e que vai até 1937 pode ser caracterizado como momento inicial e fundamental para a consolidação do Estado autoritário, que, com sua máquina centralizadora, domina todos os setores de 1937 a 1945. Inclusive a imprensa.

Os novos detentores do poder são heterogêneos. Multiplicam-se após 1930 novos grupos de interesse que passam a reivindicar junto ao Estado a sua inserção na máquina estatal. A imprensa encontra terreno fértil para a defesa de cada um desses segmentos se constituindo como campo político. E nesse mundo cabe também aos jornalistas definir o seu papel, ainda que a tomada de decisões continue pertencendo às elites dirigentes.

“O mercado de trabalho era limitadíssimo, porque os jornais tinham tudo pronto da Agência Nacional. Vinha tudo mastigado. As redações tinham quatro ou cinco pessoas que faziam o jornal todo. Vinha tudo pronto, com ordem, inclusive, de publicar em tal página, com tal destaque. O DIP chegava a ponto de dizer que tipo devia ser usado: negrito, corpo 9, à esquerda. Entendeu?” (Depoimento de Silveira, Joel. *Idem, ibidem*)

Apesar dessas ingerências, a imprensa, de maneira geral, se alinha ao ideário do Estado Novo. “O Jornal do Brasil, por exemplo, era uma louvação a Getúlio, ao Estado Novo. A imprensa não reclamava do DIP”⁵, expõe Moacyr Werneck de Castro.

No aparato político e ideológico montado pelo Estado Novo para levar adiante o seu projeto, sobressaem a formação de um estado burocrático e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja principal missão é divulgar a ideologia estadonovista. Os mecanismos de manipulação são peças centrais no primeiro período Vargas, constituindo o Estado como espécie de árbitro dos interesses nacionais. O Estado Novo é estado de massas, concepção que vem sendo formada desde a década anterior pelos ideólogos do pensamento conservador brasileiro.

A questão nacional

Aumentando o número de agências, institutos, conselhos e autarquias, o governo multiplica os órgãos burocráticos de forma a ampliar sua área de influência. Entre esses setores estatais passam a figurar empresas midiáticas. É o que ocorre, por exemplo, com

⁵ Entrevista a Juliana Rodrigues Baião, 20 de dezembro de 2000.

a encampação de todo o patrimônio da Brasil Railway, representada pelo jornal *A Noite*, pela *Radio Nacional*, entre outras.

Há que ressaltar também a criação no período de um ideal mítico de nacionalismo, como instrumento de legitimação. Nesta mítica destaca-se a obrigatoriedade de intervenção governamental como única fórmula capaz de superar os pontos frágeis da economia brasileira. O nacionalismo traduz-se na idéia de industrialização como fator determinante para a independência econômica, tornando-se imperativa a construção de estratégias que significaria a ruptura com a subordinação aos países dominantes do capitalismo mundial.

O nacionalismo passa a fazer parte dos discursos governamentais, como forma de justificar suas realizações, sendo concebido como projeto do governo, a quem cabe mobilizar amplos setores da sociedade e engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade.

Nacionalismo corresponde, pois, a Estado Nacional. Torna-se crucial, portanto, para a consolidação do regime político, construir a categoria nação. E os conceitos de nação, nacionalismo e nacional passam a ser alvos de disputas de diferentes grupos sociais. Cada um procurando impor uma marca. Grosso modo esse movimento se configura em duas correntes principais: de um lado, a concepção totalitária dos burocratas e ideólogos do Estado e, de outro, a vertente autoritária representando os interesses da burguesia industrial (Mendonça, 1986).

Apesar das divergências, há um ponto em comum entre ambas as vertentes: para a construção da nação seria obrigatório o controle da classe trabalhadora. Cidadania é definida, a partir daí, pela integração ao mundo do trabalho, enquanto se fabrica a mítica da colaboração e harmonia entre as classes. A questão social é sublimada pela idéia de união entre todos os indivíduos, cabendo ao Estado promover esta união, organizando o povo como nação.

A ampla propagação desse projeto e, sobretudo, de sua operacionalização, para a grande maioria da população brasileira não pode prescindir de uma nova linguagem – dirigida às massas, no dizer do ideólogo do Estado Novo, Francisco Campos – e dos meios de comunicação, como mecanismos indispensáveis para atingir a população. Assim, o lugar de operacionalização da linguagem e da ideologia estadonovista é a imprensa e os novos meios de comunicação, sobretudo, o rádio.

O projeto inclui ainda a criação de um órgão para difundir em uníssono a ideologia estadonovista, sendo o núcleo institucional desse projeto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Mas, mesmo antes da ação do órgão, a censura já estava presente, ao mesmo tempo em que diários mais alinhados com o poder – como *O Jornal*⁶ – reproduzem esta ideologia, em editoriais assinados por Assis Chateaubriand, ou em notícias.

“O Góes Monteiro foi ele que, num dos primeiros atos, baixou a censura total e absoluta à imprensa. E a seguir o DIP foi ampliado, quase que com dimensão de Ministério, e controlado por um teórico do fascismo, chamado Lourival Fontes. (...) Diariamente a gente recebia, lá pelas nove e meia dez horas, um telefonema com aquela vozinha: Silveira, olha aqui, está falando fulano (geralmente dava só o primeiro nome), não pode sair aquilo, evite comentários.... Eram as coisas mais desagradáveis. Era a briga do Beijo Vargas que se embriagava no Cassino da Urca, dava um bofetão em alguém e a vozinha: nenhum comentário sobre a briga do Beijo, heim”. (Depoimento de Silveira, Joel. “O Estado Novo e o Getulismo”. Entrevista a Gilberto Negreiros. In: *Folha de São Paulo*).

Nas suas memórias, Joel Silveira recorda a forma como se operacionalizava a censura aos meios de comunicação.

“Mas a gente dizia: um momentinho. Botava o papel na máquina e pedia para repetir a ordem. Datilografava e pregava numa cartolina. Anos seguidos eu guardei aquilo. A Constituição do Estado Novo, que dizem ser do Chico Campos, não é. Ele apenas traduziu do polaco. Você lê hoje e é exatamente igual, com uns laivos corporativistas, que era o negócio do Mussolini e do Salazar. Todos eles aqui estavam certos de que o Hitler e o Mussolini, o nazi-fascismo ia ganhar” (*Idem, ibidem*).

Francisco Campos, o principal ideólogo do Estado Novo, justifica no seu livro “O Estado Nacional” (1940) as razões para a criação de um Estado totalitário, em substituição ao liberal democrático, uma experiência, segundo o autor, em processo de decadência. A emergência fundamental do totalitarismo nos tempos modernos é resultado da falência do modelo anterior. O grande perigo, segundo ele, tendo em vista o crescimento das massas, é a adoção de uma educação liberal. É necessário arregimentar todos os esforços no sentido de conduzir as massas a um ideário comum.

Anular-se-ia a neutralidade do Estado criando-se no campo das idéias uma ideologia forte. Somente um Estado portador de uma ideologia específica e precisa poderia desenvolver a grande missão pedagógica e técnica de condução das massas.

⁶ Após o golpe de 10 de novembro de 1937, *O Jornal* passa a apoiar Vargas. Segundo o próprio Assis Chateaubriand “era necessário atravessar um túnel, na esperança de que o futuro abrisse perspectivas para a restauração do regime democrático” (DHBB: 2863).

Para ele, não há dúvidas que o mundo caminha para regimes de autoridade, ao contrário do século XIX, caracterizado como uma era de liberdade e individualismo inaugurada com as revoluções.

“O que chamamos de época de transição é exatamente esta época profundamente trágica, em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais do nosso espírito (...) e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante”, afirma.

Assim, o grande perigo é pensar que se educa para a democracia, quando na verdade essa está passando por um processo de revisão. Com o crescimento das massas é urgente a necessidade de arregimentá-las segundo um ideário comum (Campos, 1940: 63 e ss).

Para Francisco Campos vive-se, naquele momento, um estado de massas, sendo necessária a construção de nova e complexa estruturação. Os mecanismos utilizados pelo liberalismo não mais se adaptam aos novos tempos. No mundo moderno predomina, na sua concepção, a cultura de massa – e é no texto de Campos que a expressão aparece com recorrência pela primeira vez –, o que acaba gerando a mentalidade de massa, uma nova forma de integração que se origina nos mecanismos de contágio via ampliação e difusão dos meios de comunicação.

Ao lado disso torna-se também fundamental a construção de um mundo simbólico, capaz de arregimentar essas massas, unificando-as de tal maneira que este mundo se adaptaria às suas tendências e aos seus desejos. Aos meios de comunicação, sobretudo, aos mais modernos – leia-se rádio – cabe a consolidação desse modelo. Observa-se, pois, no pensamento de Campos indícios das formulações desenvolvidas por Gustave Le Bon em “La psychologie de la foule”.⁷

A adoção da idéia do primado da irracionalidade das multidões também é visível no texto de Campos. “O irracional, diz ele, é o instrumento da integração política total” e a forma de controlar essa irracionalidade é a utilização de técnicas capazes de domar o inconsciente coletivo para, dessa forma, controlar politicamente a nação (p. 12). Daí

⁷ Tendo como inspiração a multidão de proletários nas ruas das cidades européias, no último quartel do século XIX, Le Bon acreditava que esta a massa irracional deveria ser compreendida mas, sobretudo, controlada. Se a civilização industrial não seria possível sem as multidões e se o modo de existência dessas multidões era a turbulência havia que controlá-las, já que o comportamento que afluía sempre tornava visível a “alma coletiva” da massa. A emergência da multidão era vista como ameaça à civilização. E o futuro seria daqueles que compreendessem as formas de manipular a psicologia das multidões, seduzindo-as com imagens impressionantes.

também ser fundamental a construção de mitos como forma de dominar a irracionalidade. As massas seriam então unificadas em torno de um mito que corporificaria a figura do chefe. E no caso do Estado Novo, esse mito é construído em torno de Getúlio Vargas, o “pai dos pobres” e chefe supremo da Nação. A única maneira, no pensamento de Campos - influenciado por uma literatura sobre o comportamento subjetivo das multidões -, de racionalizar o comportamento irracional dessas massas seria através do destaque ao papel do líder carismático, centro da integração política e sustentáculo do totalitarismo. A racionalidade se limitaria àquele a quem cabe o papel de comandante da ação política, só sendo esta bem sucedida se houver aceitação total por parte das massas, irracionais e, ao mesmo tempo, submissas e extasiadas frente à figura do chefe. “Somente pelo apelo às forças irracionais ou às formas da solidariedade humana tornará possível à integração total das massas humanas em um regime de Estado” (Campos, 1940: 30-31).

O regime político ideal para as massas é não outro que a ditadura. O sentido da democracia, no seu entender, precisa ser revisto, retirando-lhe a representação parlamentar falida, ineficaz e corrompida. Com essa eliminação, desmantelava-se também a possibilidade de tensão política. “No estado totalitário, continua, desaparecem as formas atuais do conflito político”, ainda que houvesse uma espécie de intensificação das formas potenciais de conflito. Daí a urgência de controlar as massas que vivem em estado de permanente excitação.

O novo Estado se caracteriza, nas palavras de Campos, pelo clima de ordem garantido por um chefe que encarnaria o espírito de comunhão com o povo, do qual é guia e ao mesmo tempo condutor. Somente ele pode tomar decisões, encarnando a vontade e os anseios das massas. O chefe e o povo formam, num processo simbiótico, o novo estado e o seu caráter popular.

Nessa linha de pensamento e nesse projeto político há lugar tanto para a pedagogia, como para o controle. Ao Estado cabe a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a para atuar sob égide do totalitarismo. Para isso é fundamental a criação de símbolos difundidos e cultuados em uníssono. E a imprensa cumpre mais uma vez, seja por adesão ou por coerção, o papel de unificar e tornar visível esta simbologia.

Há também a idéia de que com a emergência do Estado-Nação é fundamental utilizar-se de todos os meios tecnológicos disponíveis para interagir com os cidadãos, substituindo-se progressivamente o contato face-a-face. Daí também a necessidade de um controle rigoroso dos meios massivos e a importância fundamental que a nova tecnologia expressa na difusão via meios radiofônicos ganha neste cenário.

A formação do Estado Nacional se daria via homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia. Transformar-se-ia a nação em uma entidade moral, política e econômica que só se realizaria via ação do Estado, que assim se afirma como instrumento de realização do ideário da nacionalidade. Nação e Estado constroem a um só tempo a nacionalidade (Schwartzman, 1984: 167).

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Em 1932, ainda na gestão de Francisco Campos no Ministério, o Governo Provisório, em dois decretos (21.111 e 21.240), atribui ao Ministério da Educação a orientação educacional nos serviços de radiodifusão que se iniciam no país e a sistematização da ação governamental na área do cinema educativo, através de órgão próprio. É dessa época o projeto de um ambicioso Departamento de Propaganda do Ministério da Educação (Arquivo Capanema, citado por Schwartzman: 1984: 87).

Caberia a este Ministério atingir “com sua influência cultural, a todas as camadas populares”, sendo o Departamento de Propaganda “um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de forte poder de erradicação e infiltração, tendo por função o esclarecimento, o preparo, a orientação, a edificação, numa palavra, a cultura das massas”.

O cinema é visto como instrumento privilegiado para esta ação, pois tem o poder de “influir beneficentemente sobre as massas populares, instruindo e orientando, instigando os belos entusiasmos e ensinando as grandes atitudes e as nobres ações”. Possui, por um lado, esse aspecto positivo, mas pode, também, ao contrário, “agir perniciosamente, pela linguagem inconveniente, pela informação errada, pela sugestão moral ou impatriótica, pela encenação de mau gosto” (*Idem, idibem*).

Em julho de 1934, Getúlio Vargas cria o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), ligado ao Ministério da Justiça, retirando do Ministério da Educação o controle da propaganda, do rádio e do cinema. Francisco Campos, o formulador da

primeira idéia de controle sobre o novo ator social – as massas –, passa a ser o gestor dos órgãos que teriam esta tarefa. Com isso, os meios de comunicação atendem diretamente ao executivo, introduzindo-se novas formas de controle e coerção.

Raymundo Magalhães Júnior, que foi funcionário do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural de 1936 a 1939, distingue o órgão antecessor do DIP como sendo diferente do seu sucessor. Relembrando os nomes que fazem parte dos quadros do principal órgão de censura da era Vargas, diferencia:

“Eu não era do DIP, eu era de uma outra coisa que se chamava Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, onde estava a censura do cinema. Eu era censor de cinema. Então, era um censor de cinema muito liberal. Dentro da censura havia elementos muitos liberais. Basta dizer o seguinte: que colegas meus da censura eram Vinícius de Moraes, o Pedro Dantas, Nazareth Prado, dos Prados de São Paulo. Agora, tinha outra, tinha um católico chamado Perilo Gomes, que era um homem do Itamaraty; tinha outro do Itamaraty, que foi depois ministro, que era caricaturista, também, Nemésio Dutra; houve uma senhora integralista, dona Maria Engraçadinha Pena, dona Maria de Oliveira Pena; tinha o nome de Engraçadinha, era mãe deste ministro Oliveira Pena, do Itamaraty; e dona Stela Guerra Duval e umas outras pessoas”. (Depoimento de Magalhães Júnior, Raimundo. “Os ensinamentos dos anos 30”. Entrevista a Gilberto Negreiros. *Folha de São Paulo*)

O Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, dirigido por Lourival Fontes, funcionará até 1939, quando através do Decreto Lei nº 1915, de 27 de dezembro daquele ano, é criado o DIP. Subordinado diretamente ao Presidente da República e ao Ministério da Justiça, suas funções não se restringem ao papel de censor. A censura é apenas uma das facetas do trabalho principal do órgão, cuja tarefa maior é difundir a ideologia estadonovista, fazendo dela o discurso de toda a sociedade brasileira no período.

O DIP surge da junção das atividades do DPDC e também do Serviço de Divulgação, que funciona anexo ao Gabinete do Chefe de Política da Capital, Filinto Müller, e cuja função é repressora e policial.

No artigo segundo do decreto de criação, são alinhados 16 objetivos do órgão, entre eles: “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional”. Em relação à imprensa, caberia “coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos ao sentido de maior aproximação da mesma com os fatos que se liguem aos interesses nacionais”.

Todos os aspectos discricionários e de incentivo à produção de um discurso único em torno de aspectos relevantes para o Estado estão contemplados. Assim, entre os objetivos figuram, lado a lado, as funções censórias (“fazer a censura do Teatro, do Cinema”, “proibir a entrada no Brasil de publicações nocivas aos interesses brasileiros”) e as ações incentivadoras ao alinhamento compulsivo daqueles que podem produzir discursos públicos. Assim, cabe ao DIP “promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares, com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística” e também

“autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para a imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos” (Decreto nº 1915, de 27 de dezembro de 1939).

O DIP funciona até maio de 1945, sendo a sua fase áurea o período entre 1940 e 1944, quando forja a imagem sacralizada do regime. Para isso, não havia limites: o aniversário de Vargas (19 de abril) transforma-se em data nacional e momento privilegiado de apologia ao culto Vargas. Encontro de jovens, palestras, solenidades públicas são promovidos, onde, sempre, Getúlio Vargas é a figura principal. Durante o 1º de maio, Dia do Trabalho, o Estádio de São Januário recebe multidões para aplaudir a fala do presidente em solenidade apoteótica, comparável às de Goebels na Alemanha nazista.

Cria-se uma espécie de “tempo festivo” (Gomes, 1988: 235) cujo objetivo é envolver a população em torno de comemorações que resumem a imagem do regime. Cada uma dessas festas assume o mesmo ritual: o presidente em pessoa fala para a multidão. Acentuando o momento mítico, grandes desfiles, música, estandartes, bandeiras constroem a grandiosidade do espetáculo.

Como acentua Gomes, estas três comemorações – o aniversário do Presidente, o Dia do Trabalho e o aniversário do Estado Novo – constituem ocasiões-chaves para a comunicação entre Vargas e a massa de trabalhadores. A essas ocasiões somam-se ainda três outras: o 7 de setembro e os dias de Natal e Ano Bom. Esse conjunto de atividades – coordenado pelo DIP – associa-se a outras práticas de propaganda do Departamento e outras iniciativas de autoridades estaduais e federais, para criar e difundir uma imagem do regime e de seu chefe (Gomes, 1988: 235-237).

O DIP procura, portanto, divulgar, propagar e criar o mito Vargas. Biografias diversas do presidente, ilustradas, em formato reduzido – como os santinhos da Igreja Católica – são distribuídas nas portas das escolas, ressaltando a figura excepcional de Vargas, a sua afeição pelos jovens e pelas crianças. O trabalho e o trabalhador, tônicas da ideologia estadonovista, são temáticas constantemente reforçadas pelo discurso do DIP.

O Decreto Lei nº 1949/39 torna a transmissão da “Hora do Brasil” obrigatória em qualquer estabelecimento comercial que possuísse aparelho de radiodifusão. Aconselha-se também – sobretudo nas cidades do interior – que seja transmitida por alto-falantes instalados em praças públicas e vias de maior movimento. Nas entrevistas e sondagens de opinião realizadas pelo jornal *A Manhã* interessa sempre saber o que o público pensa do programa (Gomes, 1988: 232).

Portanto, antes e depois da criação do DIP a máquina política do Estado Novo articula uma das mais bem sucedidas campanhas de propaganda política no Brasil. Getúlio é o personagem central das festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, entre uma gama enorme de iniciativas em louvor do chefe do Estado Novo: sua imagem encarna o regime e todas as suas realizações.

Uma das faces mais importantes dessa construção é a de Vargas como “pai dos pobres” e líder das massas trabalhadoras. Assim, Vargas, em todas essas campanhas e peças promocionais, é sempre o sujeito da ação: ele é que cria, determina, estabelece, assina, manda, executa. Nos pronunciamentos, a preocupação central é mobilizar o povo transformado em trabalhador e os textos políticos estruturam-se em torno da construção de uma relação entre povo e Estado – Nação, personificado na figura do líder. Nesse sentido, o pai dos pobres é também o pai do povo trabalhador. E é nessa posição, poderosa e, ao mesmo tempo, generosa, que Vargas pede e exige total obediência e sacrifícios. Constrói-se a idéia de nação como “espírito comum”, o que favorece a autoridade em detrimento da solidariedade, tendo o Estado papel tutelar.

“Os censores dedicam-se a obrigar os donos de bares, restaurantes e mercearias a exibirem o retrato de Getulio Vargas enfiado em um fraque de tropical inglês, com a faixa presidencial no peito. A 4ª Delegacia contrata 20 ou 30 jornalistas como censores, com salário de 300 mil reis por mês. Um argumento usado pelos jornalistas: era melhor que a censura fosse exercida por eles do que por policiais”. (Depoimento de Vieira, Álvaro. *Boletim ABI*, ano XXIII, novembro-dezembro de 1974)

No seu depoimento, Álvaro Vieira acrescenta que ele mesmo passou a trabalhar “como uma espécie de contrato entre a Censura e a direção de O Globo, Correio da Manhã e Diário de Notícias”.

“Se alguma notícia proibida fosse publicada, eu procurava o diretor responsável e lhe transmitia as ameaças e apreensões do Salgado Filho. A censura a *posterori* desses jornais era feita por mim na sala dos censores da 4ª Delegacia. As proibições eram as mais absurdas: os porres do Benjamim Vargas, as brigas das famílias ligadas ao Governo ou a um roubo em casa do então coronel Juarez Távora o grande líder militar da revolução de 1930, sobre quem uma notícia que o apresentasse como vítima de ladrão comum poderia comprometer a sua imagem de herói. A partir da revolução de 1932 a censura passa a ser prévia e nos transferimos para as redações dos jornais”.
(*Idem, ibidem*)

Com a nomeação de Filinto Müller para a chefia da polícia, a transferência da censura vai para o Ministério do Interior e Justiça e há a progressiva incorporação de policiais como censores em lugar de jornalistas. O DIP, além das prerrogativas da censura, controla o registro de jornais, das emissoras de rádio e serviços de alto-falantes, das revistas; distribui a propaganda do regime; ordena a prisão de jornalistas; fecha jornais e rádios, dita o que pode ou não ser publicado. A comunicação entre os censores e os veículos se faz pessoalmente (os censores são civis, funcionários públicos ou militares recrutados aos serviços de informação das Forças Armadas), por telefone ou por escrito.

Em janeiro de 1943 as instruções da censura proíbem:

“a divulgação de qualquer notícia ou fotografia sobre a visita do Ministro da Guerra ontem às oficinas da EFCB, onde se estão fabricando canhões para o Exército e todo o material referente à chegada ao Rio, a estada, partida e as declarações do embaixador da Rússia no Uruguai inclusive fotografia, está sujeito a apresentação prévia a este Departamento” (Nasser, 1947).

Também nada pode ser divulgado, mesmo como transcrição, envolvendo a

“controvérsia entre o professor Agamêmnon Magalhães e o sr. Assis Chateaubriand; pede-se não sejam publicadas fotografias impressionantes, macabras do desastre de Inhaúma. Reiteramos a recomendação anterior, segundo a qual são de publicação obrigatória os telegramas, decretos e atos emanados da Presidência da República que forem enviados pela AN, entre 30 outras proibições diversas” (*Idem, ibidem*)

As verbas oficiais engordam as receitas de jornais, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio. Subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som favorecem os que colaboram com o poder. As solenidades são transmitidas via

rádio para todo o país. O DIP organiza congressos, palestras, seminários, divulgando as idéias do regime. Dentro do órgão, a Divisão de Imprensa, responsável pelo controle da informação nos jornais, revistas e livros, é a mais importante, sendo sua tarefa principal vigiar a produção discursiva da imprensa.

Os anos de chumbo do Estado Novo significam também o controle rigoroso dos meios de comunicação, o que leva ao fechamento de inúmeros deles. Estima-se que no período deixam de circular 61 publicações. No Rio de Janeiro, todo o grupo pertencente a Geraldo Rocha na década de 1920 – incluindo o vespertino *A Noite*⁸, o matutino *A Manhã* e as *Rádios Nacional* e *Mayrink Veiga*, apenas para citar as mais importantes empresas das 17 que compõem o grupo – é incorporado ao Estado. Pelo Decreto Lei nº 2073, de 8 de março de 1940, cria as Empresas Incorporadas do Patrimônio da União.

“Art. 19. Ficam incorporadas ao Patrimônio da União. A) toda a rede ferroviária de propriedade da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande ou a ela arrendada. B) Todo o acervo das Sociedades *A Noite*, Rio Editora e *Rádio Nacional*. C) As terras situadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pertencentes à referida Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande”. (*Diário Oficial*, 9 março de 1940).

As empresas jornalísticas que não aderem ao regime sofrem a ação da censura, sendo muitas delas fechadas. Outras são empasteladas e outras ainda têm seus dirigentes presos. O *Diário de Notícias*, fundado em 12 de junho de 1930, e que após apoiar a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, distancia-se do Governo em 1932, sofre rigorosa censura, sendo seu diretor proprietário Orlando Dantas preso.

Também o *Diário Carioca* é empastelado. O *Diário Carioca*, um dos principais aliados da Aliança Liberal nos primeiros tempos, rompe com o Governo em 1932, sendo empastelado em fevereiro daquele ano. “À meia-noite dezenas de soldados em caminhões do I Regimento de Infantaria entram na sede do jornal, armados de sabres e fuzis, destruindo-a”, lembra Fernando Sigismundo, ex-presidente da ABI.

⁸ Com a encampação, a administração de *A Noite* ficou a cargo do coronel Luis Carlos da Costa Neto, sendo a direção do jornal entregue ao jornalista André Carrazzoni. Este novo estágio é marcado por dificuldades, decorrentes do empreguismo generalizado e da má administração dos recursos. Gradativamente o jornal se transforma numa espécie de diário oficial, no qual são fartos os elogios a todos os governos. Com a queda de Vargas, agrava-se ainda mais a situação. Em 19 de agosto de 1946, o presidente Dutra promulga o Decreto-Lei nº 9610 autorizando o Ministério da Fazenda a arrendar *A Noite* por um prazo de 15 anos à sociedade anônima a ser construída pelos funcionários do vespertino. Segundo Carvalho Neto, a inviabilidade do jornal deveu-se também ao fato de ser ele um órgão do governo. “O povo não admite, com toda razão, que o governo seja dono de jornal para ele ler. E deixou de ler *A Noite*... Jornal do governo é o *Diário Oficial*”. *A Noite* - depois de inúmeros períodos de grande dificuldade financeira – sai de circulação em 1958. (DHBB, 4107). Cf. também capítulo anterior.

Mas além da repressão direta há também outras fórmulas para manter a imprensa sob controle: o sistema de financiamento indireto ao papel importado é um deles.

“A ditadura de Vargas, com o objetivo de manter a imprensa sob seu controle, instituiu um sistema de financiamento indireto do papel importado, mediante o qual os jornais obtinham a sua matéria prima essencial por um preço muito inferior ao do mercado mundial. O Estado cobria a diferença. O mecanismo sobreviveu, com altos e baixos, até a Revolução de 64, embora o câmbio artificial estabelecido para as importações de papel constituísse um escândalo nacional. Na medida em que colocava os jornais sem viabilidade econômica à mercê do Executivo, esse dispositivo interessava ao Poder Central”. (Mesquita Neto, 1984:29)

A pressão do governo se faz também sob a forma econômica, negando subsídios e, sobretudo, publicidade.

“E qualquer sinal de rebeldia cortavam o papel e a publicidade. A publicidade, o governo controlava, vamos dizer, 60% e ao mesmo tempo intimidava as empresas privadas. Ninguém queria ficar contra o Banco do Brasil. Sob o ponto de vista da censura, eu considero o Estado Novo mais tenebroso, porque não tinha saída. Hoje existe o recurso de você deixar o espaço em branco. Naquele tempo, se fizesse isso, fechavam o jornal” (Depoimento de Silveira, Joel. “O Estado Novo e o Getulismo”. Entrevista a Gilberto Negreiros. In: *Folha de São Paulo*).

Em 23 de dezembro de 1939, o então Ministro da Educação, Gustavo Capanema solicita informações sobre a revista *Diretrizes*, uma vez que Samuel Wainer, diretor da revista, havia pedido “a colaboração deste ministério para um número especial sobre os problemas brasileiros de educação”. Assim Capanema deseja “em caráter confidencial, consultar o prezado amigo sobre o que consta a respeito da referida publicação na Chefia de Polícia, a fim de melhor poder resolver o caso em questão” (Carta de Filinto Muller a Capanema. *Arquivo Capenema CPDOC*, citado por Schwartzman, 1984: 313-315).

Por “resolver o caso em questão” entenda-se colaborar ou não com a publicação através da concessão de verba publicitária. Vinte dias depois da consulta, Filinto Muller responde a Capanema, enviando um dossiê sobre o que “consta na repartição a respeito da revista *Diretrizes*”. No arazoado de três páginas, informações sobre os diretores da publicação com antecedentes no então DESPS. A revista é classificada como possuindo uma “tendência claramente esquerdista” e no arquivo do Serviço de Censura à Imprensa aparece como tendo orientação “suspeita”, já que “de início foi marcante em seu programa a tendência esquerdista, combatendo o fascismo e o nazismo”. No histórico da publicação completa:

“Fundada em março de 1938 pelo jornalista Azevedo Amaral, que se afastou para fundar a revista *Novas Diretrizes*. O escritor Genolino Amado passou a dirigi-la, afastando-se também para dar lugar ao Sr. Samuel Wainer, seu atual diretor”.

A seguir enumera os “escritores suspeitos de exercerem atividades subversivas e fichados na DESPS” que colaboraram na revista: Álvaro Moreira, Graciliano Ramos e Jorge Amado. E continua:

“Atualmente vem levando a efeito um programa de caráter nacionalista, entrevistando gerais e outras personalidades ilustres sobre problemas nacionais; publicando artigos em torno da situação do povo brasileiro em seus vários aspectos: econômico, cultural, social, moral, etc”.

Sobre Samuel Wainer acrescentam:

“Em sua ficha nada consta, o que quer dizer que não se encontra fichado no DESPS. O censor de *Diretrizes* obteve informações vagas sobre o mesmo e suas idéias avançadas, anotando-as em seu relatório de dezembro do ano próximo findo”. (Carta de Filinto Muller a Capanema. *Arquivo Capanema CPDOC*, citado por Schwartzman, 1984: 313-315).

Não se sabe se Capanema afinal colabora com o número especial dedicado à educação. Parece claro, entretanto, que a mudança de orientação editorial da revista é uma estratégia para manter a sua sobrevivência. Afinal já havia sido suspensa em 21 de outubro de 1939, permanecendo fechada por quase um mês. Só volta a funcionar em 15 de novembro do mesmo ano, editando um número especial dedicado à Proclamação da República e seus vultos. A partir daí, passa a escolher assuntos do tipo que é destacado por Filinto Müller.

Outro jornal que sofre as conseqüências da ação policial durante o Estado Novo é *A Notícia*. Fundada ainda no século XIX, passa a ser propriedade de Candido de Campos em 1924. Na revolução de 1930, sua redação é depredada e seu acervo incendiado. Campos exila-se e só retorna ao país em 1938, reabrindo o jornal, que passa dar ênfase ao noticiário policial.

Em função dessa estratégia editorial, *A Notícia* passa a ser um dos jornais mais vendidos no Rio. Impresso nas oficinas do *Diário de Notícias*, sua redação fica – como a maioria dos jornais – na Avenida Rio Branco. Na década de 1950, é vendido a Adhemar de Barros, então governador de São Paulo, e Chagas Freitas, futuro governador do Estado do Rio de Janeiro (Ribeiro, 2000).

A ação repressora da censura é delimitada na constituição do Estado Novo. O artigo 122, na seção Dos Direitos e Garantias Individuais, estabelece a prescrição da

censura, “com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação”.

Em relação à imprensa acrescenta:

“A imprensa regular-se-á por lei especial de acordo com os seguintes princípios: a) a imprensa exerce uma função de caráter público; b) nenhum jornal pode recusar a inserção de comunicações do Governo, nas dimensões taxadas em lei; c) é assegurado a todo o cidadão o direito de fazer inserir gratuitamente nos jornais que o infamarem ou injuriarem, resposta, defesa ou retificação” (*Constituições do Brasil*, 1970:91).

O regime de censura à imprensa permanece em vigor até fevereiro de 1945. A Constituição promulgada logo após o fim do Estado Novo, durante a Assembléia Constituinte de 1946, estabelece novamente a livre manifestação do pensamento sem dependência da censura.